UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PERNAMBUCO – 16 E 17 DE MAIO DE 2018

Jornalismo e Deficiência: Breve Histórico Sobre a Utilização de Tecnologias Assistivas[1]

Bárbara Fernandes de Oliveira CAVALCANTE[2]
Lívia CIRNE[3]
Universidade Federal do Maranhão, Imperatriz, MA

Resumo

A acessibilidade é um direito garantido por lei e se alia, inclusive, aos direitos da Comunicação, onde a acessibilidade está vinculada à criação de conteúdos adaptados ou responsivos, que facilitam o consumo de informação por pessoas com deficiência. Porém, verifica-se que fazer conteúdo midiático inclusivo não é uma rotina comum nos veículos de comunicação. Isso significa que, por falta de investimento em mecanismos de tecnologia assistiva, o jornalismo deixa de incluir, pelo menos, 18,6% da população brasileira que é deficiente visual e 5,10% de deficientes auditivos. Este trabalho, portanto, além de apresentar as estratégias acessíveis já desenvolvidas pelas empresas jornalísticas, também propõe táticas para que a acessibilidade possa ser realizada de forma efetiva.

Palavras-chave: acessibilidade; comunicação; jornalismo.

Introdução

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE), conforme publicado no Censo 2010, mais de 45 milhões de brasileiros possuem algum tipo de deficiência (visual, auditiva, motora e mental ou intelectual), o que representa 23,9% da população total (BRASIL, 2012). De acordo com o documento, a prevalência da deficiência é a visual, afetando 18,6% da população brasileira. E a ocorrência da deficiência auditiva é de 5,10%. Apesar de ser um número significativo, é perceptível que a atenção dada a assuntos dessa temática é insuficiente, nas mais diversas esferas. Na Comunicação, não é diferente. Verifica-se que quase todos os produtos jornalísticos – sonoros, audiovisuais, impressos, multimídia e ambientes virtuais – são orientados apenas para o consumo de uma audiência ouvinte e vidente.

[1] Trabalho apresentado no GT História do Jornalismo integrante do 5º Encontro Nordeste de História da Mídia.
[2] Graduanda do Curso de Comunicação/Jornalismo da UFMA. email: bahfernandes3@gmail.com
[3] Orientadora do trabalho. Professora do Curso de Comunicação Social/Jornalismo da UFMA, email: liviacirne.ufma@gmail.com

A acessibilidade comunicativa constrói a possibilidade para toda e qualquer pessoa de ter acesso às informações, seja de cunho essencial para o cidadão ou de informações triviais para o cotidiano, conforme garante o artigo 9º da Convenção Sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (BRASIL, 2009), que destaca a necessidade do País: "Promover o acesso de pessoas com deficiência a novos sistemas e tecnologias da informação e comunicação, inclusive à Internet".

A comunicação acessível permite ao surdo fazer uso de *softwares* ou ferramentas no próprio *site* que façam a tradução para a Língua Brasileira de Sinais (Libras) e utilização de legendas em seus vídeos. Possibilita ao deficiente visual a utilização de mecanismos que gerem a leitura do texto e o recurso de audiodescrição em produtos audiovisuais. Ao deficiente intelectual é importante pensar numa linguagem e apresentação simples do conteúdo, para facilitar sua compreensão. Deste modo, cria-se uma aproximação entre emissor e receptor, garantindo melhores resultados no processo de inclusão.

Ao analisarmos, por exemplo, o jornalismo impresso desde sua criação observa-se que os deficientes visuais sempre necessitaram da leitura de terceiros, para terem acesso à informação. Na TV, os surdos dependeram permanentemente das pessoas ouvintes ou oralizadas para explicarem as notícias dos telejornais. No radiojornalismo, o cenário não é diferente.

Apesar do webjornalismo ser a modalidade mais recente do jornalismo, continuou-se sem pensar nesse público como consumidores da informação. Os deficientes permanecem com poucas opções de acesso às informações noticiosas e as tecnologias assistivas disponíveis não são empregadas aproveitando todo o potencial do ciberespaço.

Desta forma, as estratégias midiáticas negligenciaram a ideia de se dedicarem à produção de conteúdos inclusivos. Esta investigação se concentra no webjornalismo, uma vez que, ao contrário dos outros meios, este apresenta diferentes características em sua plataforma, o que amplia as possiblidades de se construir formatos noticiosos que permitam uma maior acessibilidade.

Todavia, pensar em acessibilidade comunicativa no webjornalismo, por exemplo, não significa somente oferecer leituras adaptadas, é necessário refletir sobre toda estrutura presente dentro da plataforma na *web* que ofereça condições para o usuário permanecer e absorver todo o conteúdo, sem prejuízos e sem nenhuma dificuldade. Para tanto, é

imprescindível adaptar – e padronizar conforme regras da W3C[4] – tal *site,* desde a criação de seu código-fonte[5], assim como adequar o conteúdo.

Apesar da relevância na promoção da acessibilidade, os recursos de tecnologia assistiva, por si só, não garantem o acesso ao conteúdo de uma página da *web* de forma efetiva. Por isso, exporemos neste trabalho o contexto histórico de como os recursos de acessibilidade foram incorporados aos veículos de comunicação ao longo dos anos. Além disso, diagnosticaremos os elementos facilitadores na condução de deficientes diante do computador, tendo em vista que todos os recursos assistivos, independente da mídia, necessitam, de maneira geral, de computadores ou outras ferramentas tecnológicas para sua efetivação.

Historicamente, o processo de reconhecimento dos direitos das pessoas com deficiência é lento e dificultoso, contudo, não deixa de ser necessário debater o assunto em busca de soluções. No campo da Comunicação, mais especificamente no Jornalismo – no sentido do "fazer jornalístico" – o tema tem sido negligenciado, embora iniciativas isoladas já apontem caminhos e diretrizes para mudar esta realidade, tais como a criação de leis, que – embora estejam restritas a certos tipos de comunicação – podem forçar a cobrança da implementação da acessibilidade.

2 Acessibilidade nos veículos de comunicação no Brasil

As experiências de mídia para pessoas com deficiência são limitadas no Brasil. Um exemplo disso são as tentativas voltadas para pessoas cegas. Segundo Zamboni e Heitzmann (2005, p. 5), "uma delas foi um projeto de jornal em Braille nascido em 1987, na PUC de Campinas (SP), mas por dificuldades financeiras o jornal 'Conhecer', não passou da quinta edição".

Segundo Silva (2009), na década de 1990, os jornais "Diário do Nordeste" e "O Povo", no Ceará, experimentaram a oportunidade de oferecer edições em braille. Já no final dessa década, o "Diário do Nordeste" saiu novamente na frente e passou a disponibilizar

[4] Principal organização de padronização da World Wide Web (WWW), é a W3C quem estabelece padrões para a criação e a interpretação de conteúdos para a *Web*.
[5] Código-fonte são as linhas de programação que formam um software em sua forma original.

uma versão digital, em CD, adaptada para que os leitores com deficiência visual usassem o programa computacional com sintetização de voz, o "Dosvox".

Nos anos 2000, surge o "Diário do Povo Braille", em Campinas, publicado pela Rede Ananhanguera de Comunicação (RAC). O jornal de periodicidade mensal, hoje extinto, chegou a circular com 500 exemplares espalhados pelo Brasil, Portugal e Espanha.

Em 2003, o "Jornal do Commércio", em Pernambuco, lançou uma versão simplificada do jornal impresso para a web, que faz a leitura do conteúdo por meio de programas de síntese de voz instalados no computador. O conteúdo ainda está disponível[6], porém está desatualizado.

Em 2008, o "Jornal da Paraíba"[7] lançou uma versão digital para deficientes visuais e pessoas que não sabem ler. A tela sintetizada emitia sons de acordo com a movimentação do cursor do *mouse*. Apesar da inovação ter sido bem recebida pelo Instituto dos Cegos de Campina Grande, o projeto foi extinto em abril de 2016 quando a versão impressa do jornal deixou de circular.

Em março de 2018, o Repórter Brasil, telejornal da TV Brasil, passou a ter janela de tradução em Libras. A ação isolada de uma rede televisão pública garante o acesso à informação.

O recurso do *closed caption* (CC) ou legenda oculta, sistema de transmissão de legendas para a programação de TV, chegou no Brasil também no início dos anos 2000, sendo regulamentada em 2006, com a exigência mínima de duas horas diárias de transcrição da programação. Depois, passou para oito horas. Hoje, quase toda a grade nacional, da maioria das emissoras abertas, disponibilizam CC, até mesmo em programas "ao vivo", para que os surdos ou às pessoas com perda auditiva possam acompanhar os mais variados gêneros televisivos. Mesmo representando um significativo avanço, a ferramenta apresenta problemas semânticos e estruturais.

Com a chegada do sinal digital, novas regras para a TV aberta foram estabelecidas pelo Ministério das Comunicações, a fim de implantar gradualmente o recurso da audiodescrição – narração descritiva objetiva das imagens no mesmo instante em que estão

[6] Disponível em: <http://acessibilidade.jc.com.br/>. Acesso em 14 jul 2017.
[7] Disponível em: <https://goo.gl/L6Qh8R>. Acesso em 13 jul 2017.

aparecendo na televisão, manifestando-se no hiato entre as falas e nas pausas entre as informações.

Da mesma forma que aconteceu com a inserção do *closed caption*, a audiodescrição passou a ser obrigatória por duas horas semanais, em 2011, com o intuito de oferecer igualdade de condições aos que possuem algum tipo de limitação. A obrigatoriedade se mostra ínfima, quando comparada à quantidade de horas de programação que é exibida na totalidade. Vale ressaltar que esta obrigatoriedade está presente nos programas gravados, o que não é o caso dos telejornais, por exemplo, em virtude, inclusive do próprio imediatismo do gênero e da imprevisibilidade dos roteiros de programas ao vivo.

Em 2015, o Fórum do Sistema Brasileiro de TV Digital (Fórum SBTVD) aprovou a proposta de normas brasileiras para a transmissão de informações na Língua Brasileira de Sinais (Libras), nos programas veiculados pelas emissoras de televisão. Segundo a NBR 15290, regulamentada pela Associação Brasileira de Normas Técnicas, um espaço delimitado no vídeo deve ser destinado à exibição de um intérprete, que possa fazer a tradução simultaneamente ao conteúdo da imagem "principal". Ou seja, ao invés de transcrever o conteúdo falado, as informações devem ser interpretadas em Libras. Observa-se que esta regra não é cumprida com rigor e há outra questão preocupante: o tamanho da janela de libras, geralmente, ocupa um espaço desproporcional ao conteúdo original, causando dificuldade na compreensão, uma vez que é necessária a visualização dos gestos das mãos e da expressão facial para a total interpretação do que está sendo passado pelo intérprete.

Todas essas experiências, bastante incipientes ainda, geram uma reflexão sobre a urgente necessidade de se criar estratégias melhores de inclusão, que também possam subsidiar, de forma mais autônoma e democrática, o acesso dos deficientes às informações, sobretudo jornalísticas, a fim de que – de forma igualitária se respeitem as diferenças, no qual todos os indivíduos possam ter conhecimento de tudo que acontece no Brasil e no Mundo, em tempo real. Tendo em vista que a internet e sua inserção com as tecnologias podem auxiliar nesse processo, compreende-se que o jornalismo que se manifesta na *web* seja o meio capaz de propiciar mudanças à essa realidade com mais fluidez, embora estas mudanças ainda não estejam presentes de forma efetiva.

3 Garantia à acessibilidade

A comunicação pública é essencial na vida do indivíduo, por que existe uma necessidade de que as informações relacionadas às iniciativas dos órgãos públicos ou produzidas por eles sejam acessadas por todos, visto que são de interesse coletivo – podendo estar associada à saúde, à garantia de transporte ou educação, etc.

Sob esse pressuposto, o Decreto-Lei nº 5.296/2004 determina a obrigatoriedade de os portais da administração pública apresentarem recursos que possibilitem o acesso de qualquer cidadão a tais informações e, por isto, se entende que os portais governamentais deveriam ser os primeiros a oferecer acessibilidade, uma vez que: 1) são do próprio Estado; 2) fornecem o tipo de comunicação que é essencial para o indivíduo que integra esse mesmo Estado. Entretanto, em 2011, o Comitê Gestor de Internet relatou que apenas 4,5% dos *sites* de serviços públicos no Brasil tinham recursos assistivos[8].

> Cada vez mais, órgãos dos governos federal, estaduais e municipais têm utilizado a web para prover diversos tipos de serviços para os cidadãos (Rezende, 2007) [...]. As possibilidades que a internet oferece para que esses serviços estejam ao alcance das pessoas são do interesse de todos. Entretanto, para garantir que qualquer indivíduo realmente possa ter acesso a essas informações e serviços, é necessário levar em conta diversas questões, como a disponibilidade de infraestrutura de comunicação e os meios tecnológicos utilizados para a disponibilização dos conteúdos. (MELO; SILVEIRA, 2013, p. 282)

Um exemplo é que a Lei 13.146/2015, que tem como objetivo assegurar e promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoas com deficiência, em seu capítulo II, diz que "é obrigatória a acessibilidade nos sítios da internet mantidos por empresas com sede ou representação comercial no país ou por órgãos do governo". Isso significa que esses *sites* têm o dever de disponibilizarem ferramentas que garantam a acessibilidade ou que sejam compatíveis com ferramentas já existentes.

[8] Informação disponível em: <https://goo.gl/Ii3a4n>. Acesso em 18 abr 2017.

Observa-se que esta lei não é aplicada de forma correta, uma vez que, dos portais das 27 Unidades Federativas do País, 12 não possuem recursos de acessibilidade[9], dificultando o acesso do cidadão deficiente. Um veículo de imprensa com ferramentas de acessibilidade, do impresso ao webjornalismo, poderia atuar como uma ponte importante na busca pela democratização da informação. Todavia, as dificuldades são encontradas dentro dos próprios meios de comunicação do governo brasileiro, que são exigidos por lei, ou seja, onde a acessibilidade comunicativa deveria ser regra, para oferecer conteúdo inclusivo a quem necessita, a lei não é aplicada. O fato é que, como bem nos lembra Alsina (2009):

> Todas as manhãs, as pessoas que querem saber o que está acontecendo no mundo leem o jornal, escutam a rádio, veem a televisão, ou navegam pela internet, consumindo uma produção especial: as notícias. Nesse sentido, os próprios meios de comunicação são os que se apresentam como transmissores da realidade social. (ALSINA, 2009, p. 09)

Essa é uma condição essencial para a maioria das pessoas. E os portais de notícias podem adaptar suas páginas para esse público através de recursos simples, que podem ser acrescentados através da utilização de *softwares*[10] de tecnologia assistiva já existentes no mercado, para auxiliar e facilitar a experiência do cidadão na hora de se informar. A adoção de mecanismos de acessibilidade, além de democratizar o acesso à informação, provavelmente, irá resultar em aumento do número de leitores para tal veículo de comunicação, já que aumentaria a abrangência de público, fato este muito importante para a rentabilização. Conforme explica Bonito (2016),

> Dentre os formatos acessíveis existentes a "Acessibilidade Comunicativa" para *web* pode contemplar estes: a audiodescrição, o *closed caption*, a legenda em contraste, a janela de tradução em Libras, a personalização/customização de tamanho de letra e contraste de cores na tela. Estes formatos, alguns já existentes e disponíveis para outras mídias, podem ser disponibilizados tecnologicamente em ambientes da *web*, sem requerer nenhuma grande inovação tecnológica, bastando-se apenas adequação e disponibilização de recursos já existentes. (BONITO, 2016, p. 191)

[9] Dados computados até setembro de 2017, após uma rápida análise manual, que levou em consideração os princípios e diretrizes do WCAG 2.0, documento da W3C.
[10] Conjunto de elementos lógicos necessários à realização de tarefas. Ou seja, toda parte lógica do computador que engloba: sistema operacional e programas aplicativos.

A audiodescrição se refere à conversão das imagens em palavras, por meio de uma narração objetiva dos detalhes da cena para que informações-chave também possam ser acessadas por pessoas com deficiência visual. O recurso, que existe há pouco mais de trinta anos, tem a finalidade de tornar os mais variados tipos de materiais audiovisuais acessíveis a pessoas não-videntes.

> A audiodescrição é um recurso de acessibilidade que amplia o entendimento das pessoas com deficiência visual em eventos culturais, gravados ou ao vivo, como: peças de teatro, programas de TV, exposições, mostras, musicais, óperas, desfiles e espetáculos de dança; eventos turísticos, esportivos, pedagógicos e científicos tais como aulas, seminários, congressos, palestras, feiras e outros, por meio de informação sonora. É uma atividade de mediação linguística, uma modalidade de tradução intersemiótica, que transforma o visual em verbal, abrindo possibilidades maiores de acesso à cultura e à informação, contribuindo para a inclusão cultural, social e escolar. Além das pessoas com deficiência visual, a audiodescrição amplia também o entendimento de pessoas com deficiência intelectual, idosos e disléxicos. (MOTTA; ROMEU FILHO, 2010, p. 11)

O recurso conhecido como Legenda Oculta ou *Closed Caption* (CC) trata-se de um sistema utilizado pelas emissoras de televisão, que tem por objetivo transcrever – de forma automática ou por meio do trabalho dos estenotipistas – o conteúdo televisivo, apresentando-os como legendas, possibilitando que pessoas surdas possam acompanhar a programação.

> *Closed Caption* ou legenda oculta é um sistema de transmissão de legendas via sinal de televisão. Essas legendas podem ser reproduzidas por um televisor que possua função para tal, e tem como objetivo permitir que os deficientes auditivos possam acompanhar os programas transmitidos. As legendas ficam ocultas até que o usuário do aparelho acione a função na televisão através de um menu ou de uma tecla específica. A legenda oculta descreve além das falas dos atores ou apresentadores qualquer outro som presente na cena: palmas, passos, trovões, música, risos etc. (AMARAL; SOUZA, 2007, p. 359).

A janela de tradução em Libras é essencial para facilitar a compreensão de pessoas surdas não-oralizadas. Debevc *et al*. (2010) explica que 80% dos surdos de todo o mundo têm baixa escolaridade e problemas com alfabetização. Isso porque a comunicação é feita de forma extremamente visual para a maior parte das pessoas surdas, e, por conta disso, dependem exclusivamente da língua de sinais para se comunicar e obter acesso à informação.

Uma das ferramentas que facilita a comunicação para esse público é o "*Hand Talk*". Ela foi implementada em 2012 com o objetivo de realizar tradução digital e automática para a Língua Brasileira de Sinais (Libras), por meio de um tradutor de sites, que pode ser incorporado a qualquer um com a intenção de facilitar a compreensão de pessoas surdas. Além disso, um aplicativo disponível para ser baixado em qualquer *smartphone* ou *tablet,* faz a tradução automática de textos e áudios. O *Hand Talk* é guiado por um personagem virtual 3D, o Hugo, que funciona como um intérprete e torna a comunicação interativa e de fácil compreensão, pois converte toda a complexidade de um texto tradicional, áudio ou vídeo que não fazem sentido para um não-ouvinte oralizado, em Libras, ou seja, com a linguagem própria dos surdos, que possui sintaxe, morfologia, semântica e contexto diferentes do português.

A personalização/customização sobre a qual Bonito (2016, p. 191) se refere, trata do redimensionamento do texto (ampliar ou reduzir fontes no computador) e da mudança de contrastes, seja uma em todas as fontes e no plano de fundo de *site* ou na legenda de um vídeo, esses recursos facilitam a leitura e navegação de pessoas com deficiência visual nas páginas da internet. Vale lembrar que as deficiências visuais incluem, além de cegueira, a baixa visão. As ferramentas de fontes e ícones grandes e o ajuste de contraste são recursos úteis para pessoas com baixa visão.

É importante salientar que estas recomendações estão em conformidade com a realidade do Brasil e são coerentes com padrões estrangeiros também, uma vez que, fazem parte das "Diretrizes de Acessibilidade para Conteúdo Web (WCAG) 2.0", documento que padroniza o uso de recursos acessíveis em sites no mundo todo, assim como estão presentes no E-MAG, texto com as normativas de acessibilidade no Brasil. Ambos visam a padronização e orientam jornalistas, desenvolvedores, *designers*, produtores de mídia, entre outros profissionais envolvidos na concepção de conteúdo web na produção de acessibilidade.

Para verificar e construir uma internet com acesso mais democratico surgiu o movimento "Web Para Todos"[11], idealizado por Simone Freire, fundadora de agência especializada em causas sociais, em parceria com o W3C Brasil. O projeto visa atentar a sociedade sobre o movimento e contribuir de forma que torne a *web* brasileira mais

[11] Acessado pelo *link*: <http://mwpt.com.br/>. Acesso em 29 nov 2017.

inclusiva, conforme noticiou o Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto BR (NIC.br), criado para implementar as decisões e os projetos do Comitê Gestor da Internet no Brasil (CGI.br), que é responsável por coordenar e integrar as iniciativas e serviços da Internet no País.

> O objetivo inicial é mobilizar as pessoas com algum tipo de deficiência a compartilharem as experiências, positivas e negativas, que tiveram ao navegar em sites brasileiros. Com esse material, a equipe do Web para Todos analisará cada caso e encaminhará a análise à organização citada para providências, se necessário. E isso já nos leva automaticamente para o pilar Educação, onde será promovida a troca de conhecimento entre organizações (públicas e privadas), especialistas em acessibilidade digital e a sociedade em geral, por meio de cartilhas, vídeos, links de referência, fóruns, entre outras atividades. Há ainda uma seção de melhores práticas, para que as organizações entendam como adequar seus sites, contribuindo, assim, para a construção de uma internet mais inclusiva para todos. No pilar Transformação, é possível avaliar a acessibilidade da página principal de um sítio. Basta inserir o endereço e a ferramenta analisa automaticamente, em tempo real, o código e informa se a página apresenta ou não barreiras de navegação. (NIC.br, 2017)

Como pode ser observado, as alterações de acessibilidade são possíveis de serem realizadas nos portais de notícias sem causar grandes impactos em suas estruturas. Deste modo, a plataforma da web se tornaria mais acessível. Além de que as considerações feitas pelas análises de projetos, como o "Web Para Todos", servirão como base de estrutura para as modificações necessárias a serem realizadas nos portais e consequentemente, farão uma grande diferença enriquecendo ainda mais o processo.

4 Experiências de acessibilidade no webjornalismo em desenvolvimento

De maneira geral, evidencia-se que no webjornalismo, apesar das inúmeras possibilidades tecnológicas, pouco vem sendo feito no que diz respeito à acessibilidade comunicativa, todavia, há exemplos de que é possível levar notícia de qualidade, de forma rápida e acessível a todos. Um exemplo disso foi o A1br.org, primeiro portal de notícias completamente acessível do país, fruto de um projeto desenvolvido pela Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA) e financiado pelo Conselho Nacional de

Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Ele tinha nota máxima no *AcessMonitor*, ferramenta que análisa o código-fonte de *sites* dando nota de 0 a 10 para seu nível de acessibilidade – ou seja, atendia a todos os quesitos exigidos pelo WCAG 2.0.

O portal de notícias que esteve no ar até meados de 2017, tinha o propósito de contribuir para o acesso digital de usuários com deficiência e apesar de ser um portal de notícias, não eram os organizadores que produziam o conteúdo. Eles utilizavam um mecanismo que captura ou faz *clipping* das principais notícias dos grandes portais para a plataforma. Entretanto, intuímos que grandes portais de notícia podem utilizar o A1br como exemplo de *layout* e sistema acessível para apresentarem versões acessíveis do seu conteúdo. Ou seja, ao invés de distribuirem notícias para os portais acessíveis, podem pensar em tornar o próprio portal acessível, deixando o contato com o leitor ainda mais direto, fidelizando acessos e ampliando o leque de público-alvo.

Outro exemplo é o portal Só Notícia Boa[12], que – como o próprio nome sugere – se intitula como uma plataforma que destaca apenas matérias com conotações positivas, numa perspectiva de jornalismo alternativo, frente ao noticiário violento da grande mídia. Além da proposta diferente, traz um conteúdo acessível para as pessoas com dificuldades visuais e auditivas por meio do recurso de *hand talk*[13] e leitura de conteúdo.

A TV INES[14] também é outro exemplo, a primeira webTV em Língua Brasileira de Sinais (Libras), com legendas e locução. O produto se trata de uma parceria do Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES) e da Associação de Comunicação Educativa Roquette Pinto (ACERP). O conteúdo vai desde filmes e desenhos animados até notícias e programas de esporte, entre eles, “Super Ação”, “Cinemão”, “Café com Pimenta”, “Brasil Eleitor”, do TSE; “Interesse Público”, do Ministério Público Federal. Todos esses programas são feitos de maneira que pessoas surdas possam ter acesso acerca de acontecimentos da atualidade, além de receber conteúdos culturais.

Referências

ALSINA, M. R. **A Construção da notícia.** Rio de Janeiro: Vozes, 2009.

[12] Disponivel em: <http://www.sonoticiaboa.com.br>. Acesso em 10 jul 2017.
[13] Leitura de conteúdo através da linguagem de sinais.
[14] Disponível em: <http://tvines.ines.gov.br>. Acesso em 14 jul 2017.

AMARAL, Sérgio Tibiriçá; SOUZA, Mariana Custódio de. **O direito de ouvir com os olhos nas TVs brasileiras de sinal aberto**. IN: Intertemas, v. 12, Presidente Prudente, p. 357-386, 2007. Disponível em: <http://www.egov.ufsc.br/portal/sites/default/files/anexos/33366-42734-1-PB.pdf>. Acesso em 26 out 2017.

BELARMINO, Joana. **Jornalismo e Acessibilidade: Apontamentos sobre Contratos de Leitura para Efeitos de Reconhecimento de Leitores Especiais de Jornais Online.** In: Simpósio Internacional de Ciberjornalismo, 5., 2014. Anais. Campo Grande: 2014.

BONITO, Marco. **A problematização da acessibilidade comunicativa como característica conceitual do jornalismo digital.** Revista Latino-americana de Jornalismo. João Pessoa. ano 3, v. 3, n. 1, p. 175-193. jan./jun., 2016.

BRASIL. **Decreto nº 5.296**, de 2 de dezembro de 2004. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5296.htm>. Acesso em 26 mar 2017.

_____. **Lei 13.146/2015**, de 6 de julho de 2015. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm>. Acesso em 26 mar 2017.

_____. Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência. **Cartilha do Censo 2010:** Pessoas com deficiência. IBGE, 2012.

DEBEVC, M.; KOSEC, P.; HOLZINGER, A. **Improving multimodal web accessibility for deaf people: Sign language interpreter module**. 2010. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/225469903_Improving_multimodal_web_accessibility_for_deaf_people_Sign_language_interpreter_module>. Acesso em 21 nov 2017.

MELO, Francisco Vicente Sales; SILVEIRA, Denis Silva da. **Os cegos conseguem 'enxergar' destinos turísticos na internet? Uma análise da acessibilidade dos websites oficiais dos estados brasileiros**. In: Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo. São Paulo, 7(2), p. 281-295, maio/ago. 2013. Disponível em: <https://rbtur.org/rbtur/article/view/586>. Acesso em 10 nov 2017.

MOTTA, Lívia Maria Villela de Melo; ROMEU FILHO, Paulo. (Org.). **Audiodescrição: transformando imagens em palavras.** São Paulo: 2010. Disponível em <http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/planejamento/prodam/arquivos/Livro_Audiodescricao.pdf#page=25>. Acesso em 28 de nov 2017.

NIC.br. **Web para Todos quer acabar com as barreiras de navegação na Internet no Brasil**. 2017. Disponível em: <http://nic.br/noticia/releases/web-para-todos-quer-acabar-com-as-barreiras-de-navegacao-na-internet-no-brasil/>. Acesso em: 20 nov 2017.

SILVA, Saulo César da. **Percebendo o ser: A manifestação de identidades sociais do aluno deficiente visual nas conversas sobre texto.** São Paulo: LCTE Editora, 2009.
W3C. **Cartilha de Acessibilidade na Web do W3C Brasil**. Disponível em <http://www.w3c.br/pub/Materiais/PublicacoesW3C/cartilha-w3cbr-acessibilidade-web-fasciculo-I.html>. Acesso em 20 mar 2017.

_____. **Diretrizes de Acessibilidade para Conteúdo Web (WCAG) 2.0**. Disponível em <https://www.w3.org/Translations/WCAG20-pt-PT/>. Acesso em 20 mar 2017.

ZAMBONI, Aline Andréa; HEITZMANN, Patricia Zanin. **Acorda e Escuta Londrina: a experiência da revista radiofônica produzida pelos deficientes visuais do Instituto Londrinense de Instrução e Trabalho para Cegos**. In: Anais XXVIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. Rio de Janeiro, 2005. Disponível em: <http://www.portcom.intercom.org.br/pdfs/82656581585997327305514753125740983162.pdf>. Acesso em 18 de nov 2017.